

**Questionando a Sociedade Civil: Uma perspectiva de
Moçambique**

Abdul Ilal, Tanja Kleibl, Ronaldo Munck

Agosto 2014

Nota Prática de Política

Desde o início da década de 1990, a sociedade civil tem sido promovida como um conceito e a sua consolidação como uma estratégia que contribui para a governação democrática. A maioria das entidades de cooperação governamentais e não-governamentais tem estado fortemente a favor desta estratégia, incluindo baseando-se numa perspectiva normativa. Contudo, nos últimos 10 anos, a implementação concreta das abordagens de reforço da sociedade civil tem também sido objecto de crítica e debate fundamental, em particular no que diz respeito ao papel e relevância das ONG. Na realidade, desde o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan, os actores do sector privado foram promovidos a uma função junto aos actores da sociedade civil – sendo igualmente considerados como um veículo para o desenvolvimento. É, portanto, oportuno questionar criticamente o conceito de sociedade civil na teoria e na prática.

Questões-chave:

- Compreender a tensão entre debates normativos, por um lado, e a prática dos programas de reforço da sociedade civil e seu impacto (contestado), por outro lado.
- Necessidade de promover a sociedade civil como um espaço independente do Estado e do mercado (bem como da família).

Recomendações: propomos uma abordagem do Mapeamento de Acção Participativa (MAP) da sociedade civil com base nos seguintes princípios:

1. A sociedade civil tem de ser compreendida em toda a sua complexidade e contradições:

Demasiada simplificação do conceito de sociedade civil não ajuda a desenvolver programas de reforço da sociedade civil eficazes e a ampla participação na elaboração de políticas.

2. A sociedade civil é fundamental para a governação democrática:

Tal como os espaços económicos e políticos informais estão a ser analisados para a formulação de políticas, a sociedade civil e a importância crescente das vozes dentro da economia informal e dos espaços políticos precisam também de ser tomados em consideração.

3. A função da sociedade civil/ONGs e dos actores do sector privado não são equivalentes:

Desde o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan, as ONGs e actores do sector privado são considerados como parceiros iguais na cooperação para o desenvolvimento. Em resultado disso, as ONGs, importantes actores da sociedade civil formal, estão presas às ideologias do mercado liberal onde a análise de custo-benefício é cada vez mais dominante e o conceito de solidariedade está a ser reduzido ao investimento social e retorno. Neste contexto, a sociedade civil, como uma arena mais ampla onde os interesses sociais e políticos dos cidadãos estão a ser articulados e supostamente "democratizam" mais os processos políticos, não pode cumprir o papel que lhe foi atribuído. As ONGs, em particular, estão cada vez mais reduzidas a prestadores de serviços.

4. O mapeamento de actores da sociedade civil é complexo e não pode ser reduzido àqueles que actuam como intermediários nos processos económicos e políticos formais:

Compreender o papel histórico e político da sociedade civil, assim como a sua

actual diversidade de actores, é fundamental para uma eficaz cooperação para o desenvolvimento que pretende contribuir para a governação democrática. Daí ser fundamental uma abordagem mais ampla da economia política quando se olha para a sociedade civil. Isso pode ajudar a compreender como a acção colectiva se desenvolve e como pode ser apoiada para operar mudança e transformação social sustentável e positiva.

Resumo

Este artigo procura problematizar o discurso e práticas dominantes em torno da sociedade civil de uma perspectiva do hemisfério sul. Primeiro examinamos de forma crítica o modo pelo qual o conceito de sociedade civil tem sido utilizado no discurso sobre desenvolvimento. Isto realça a sua epistemologia e perspectivas altamente normativas e centradas nos países do norte. De igual modo nos parece ser altamente restritivo num contexto do hemisfério sul, na medida em que faz transparecer muito a interacção social das bases considerada "incivil" e, portanto, fora do âmbito da sociedade civil.

As secções subsequentes introduzem uma análise histórica do desenvolvimento da sociedade civil e um mapeamento preliminar da actual sociedade civil em Moçambique, que começa por delinear uma compreensão mais complexa da sociedade civil, um conceito por vezes reduzido ao mundo das ONGs. A isto segue-se um relatório sobre uma recente mesa redonda com actores da sociedade civil, em Moçambique, que despertou o nosso interesse neste tema. Esta discussão articula também uma compreensão da sociedade civil mais complexa e conflituosa da que é tida, por exemplo, por muitas ONGs internacionais. Finalmente, discutimos algumas das questões decorrentes da nossa passagem do abstracto (a desconstrução do conceito de sociedade civil) para o concreto (as nossas conversas com um leque de actores da sociedade civil). Este trabalho é o início de um amplo projecto de longo prazo com parceiros em Moçambique que procura traçar e, assim, compreender melhor a complexidade da sociedade civil num país amplamente considerado como um caso que serve de teste para estratégias de desenvolvimento.

1. Sociedade Civil: uma perspectiva desde baixo?

Há poucas dúvidas de que o termo "sociedade civil" (SC) parece ter entrado no panteão dos bens públicos juntamente com o desenvolvimento, a "boa governação" e muitos outros termos construídos social ou politicamente. Porém, na realidade, o termo sociedade civil é muito contestado e tem várias interpretações políticas. A interpretação dominante internacionalmente, que sustenta, o uso pela maioria das entidades internacionais, decorre do trabalho do teórico francês do século XIX, De Tocqueville. Para ele, a sociedade civil caracterizava-se por associações sociais voluntárias e apolíticas, que reforçavam a democracia. A sociedade civil de acordo com esta filosofia política liberal promove as normas sociais e a confiança, que são necessárias para as

peças trabalhem em conjunto nas democracias. O Banco Mundial prossegue efectivamente esta tradição política, quando define sociedade civil num contexto de desenvolvimento como "o leque de organizações não-governamentais e organizações sem fins lucrativos que tenham uma presença na vida pública, exprimindo os interesses e os valores dos seus membros ou de outros, com base em considerações étnicas, culturais, políticas, científicas, religiosas ou filantrópicas" (www.worldbank.org).

A concepção dominante de SC é, podemos argumentar, eurocêntrica, parte de uma visão neoliberal do mundo, e minimiza seriamente o contexto do colonialismo (vide Munck 2004). É com base no que se apresenta como normas e valores morais universais que, na realidade, se fundamenta firmemente no iluminismo europeu. Algumas vezes, parece ser um espaço virtual idealizado de racionalidade comunicativa (Habermas) que está muito distante da realidade política da maioria dos países "em desenvolvimento" e da "sociedade civil existente de facto" por assim dizer. O seu actual uso emergiu muito especificamente do discurso oposicionista anti-totalitário da Europa Oriental, em meados da década de 1980, e consagra a rejeição de toda a política de massas orientada pelo Estado ou baseada em partidos, a favor de uma concepção ética, moral e individualista da boa política. Num contexto africano, isto tem sido traduzido numa noção de que a sociedade civil (nesta versão do termo) é uma coisa boa em si que precisa ser construída, nutrida e reforçada (vide Levis 2002). As formas políticas de associação em África que não se enquadram neste modelo são consideradas como disfuncionais. Tal como acontece com o conceito mais lato mas interligado de "boa governação", podemos ver como a "sociedade civil" foi de certa forma uma imposição do ocidente ou do norte sobre uma realidade local recalcitrante.

A definição de sociedade civil do Banco Mundial faz parte integrante do Consenso de Washington e está imbuída de uma noção que o papel do Estado tem de ser "reduzido" e que a sociedade civil tem de agir como "fiscalizador" (*watchdog*) desse Estado (vide Weiss 2000). O anterior conceito de um Estado desenvolvimentista e uma estratégia de desenvolvimento nacional foram rejeitados a favor de uma visão do mercado, sempre benigno e auto-suficiente, para promover o desenvolvimento em algumas versões, o conceito de sociedade civil foi reduzido ao das organizações não-governamentais (ONGs) internacionais ignorando o facto de que estas terem sido muito frequentemente financiadas pelo Estado e certamente não estavam "abaixo" do Estado africano com o qual se relacionavam. A sociedade civil é, por conseguinte, truncada em termos conceptuais e subordinada muito abertamente às políticas dos governos estrangeiros e

entidades internacionais que procuram impor as suas políticas em África a partir da década de 1990. Perde assim o seu sentido como um domínio da actividade sociopolítica e fica subordinada a uma agenda política externa (obviamente com os seus apoiantes locais) e um modo liberal da política onde o consenso é assumido e o conflito é considerado estar fora do domínio da sociedade civil civilizada (vide Munck 2004).

As ONGs, de acordo com alguns analistas críticos, podem ser consideradas como continuções modernas da missão civilizadora dos missionários coloniais (ver Chandhoke 2005, Adam 1997). Ambos sabiam a verdade e trouxeram esclarecimentos. Sejam quais forem as nossas posições, devemos reconhecer que, em África, o passado colonial está muito presente, quer em termos de padrões de posse da terra, formações políticas ou relações sociais. Assim, podemos seguir a lógica de Mammo Muchie que argumenta uma reapropriação e redefinição africana do Estado, da sociedade civil e da ligação ao mercado para o continente. Nem os termos nem o seu relacionamento podem ser impostos de fora, e devem ser criados necessariamente em termos de história, cultura e tradições africanas. Em suma, de acordo com Muchie "a sociedade civil como um conceito tem de ser emancipada antes de se poder criar uma cooperação regional, estabilidade, segurança e paz africanas" (Muchie 2002, p. 56). Embora rejeitemos uma noção de SC imposta numa forma universalmente prescritiva vemos, obviamente, o valor de um verdadeiro diálogo com a sociedade civil em diferentes países, assim como num contexto regional e transnacional.

A nossa "perspectiva desde baixo" não é apenas aquela do sul global perante um paradigma de conhecimento do norte dominante, como potência. Refere-se também às verdadeiras deficiências do modelo de SC dominante em termos de tomar em conta esses elementos "incivis" na sociedade ao nível das bases, que também têm uma forte vida associativa (Ferguson 2006). Para fazer a ruptura epistemológica da concepção dominante de SC para uma realidade mais sintonizada das classes subalternas no sul, um ponto de partida obrigatório é o trabalho de Antonio Gramsci: embora mais frequentemente referido como um modelo para as sociedades ocidentais avançadas, ele na realidade escreveu sempre de uma perspectiva do sul, ou seja, o Mezzogiorno italiano. Embora os conceitos de Gramsci estejam frequentemente dissimulados na análise do concreto de *Prision Notebooks* (vide Buttigieg 1995) podem inferir-se alguns pontos gerais. Gramsci distinguiu dois níveis de super-estrutura, o Estado ou sociedade política e a "sociedade civil" que ele considerou como o conjunto de instituições "privadas", como os sindicatos, as igrejas e o sistema educativo que asseguravam

aprovação popular para o Estado. Mas também é, para Gramsci, a arena em que as classes subalternas forjam alianças sociais e começam a articular projectos hegemónicos alternativos.

Se nos envolvermos num "mapeamento" da sociedade civil robusto, temos de ir além das actuais concepções que agregam ONGs e GONGOs (ONGs organizadas pelo governo) que muitas vezes não vêm a mão internacional por detrás da manifestação supostamente "local" da sociedade civil. Como José Negrão relata, a década de 1990 assistiu à chegada das ONGs a Moçambique e "na sua essência estas ONGs dirigiram a implementação dos projectos através dos seus "parceiros" locais, sem quaisquer membros nem qualquer "mandato de representação" (Negrão 2003:3). Isto era uma formação de organizações da sociedade civil "ditada pela oferta" e não "pela procura", muito impulsionada por factores externos e de modo algum "de baixo para cima". Yussuf Adam referiu-se aos "Messias modernos procuram novos Lázaros" para descrever a "caça às desgraças" ou "perseguição dos eventos" de algumas ONGs internacionais (Adam 1997). Poderosas forças transnacionais estão por detrás desta nova criação de "sociedade civil" em Moçambique, enquanto limpam o Estado em termos da pré-existente organização democrática de massas do seu "período socialista" através do qual as partes dominantes estabeleceram uma correia de transmissão, para o mundo dos trabalhadores, camponeses e mulheres através de organizações que, sem dúvida, integravam a sociedade civil, bem como a sociedade política.

A concepção dominante de sociedade civil em Moçambique, por exemplo, tende a abarcar apenas a dimensão oficial (vide Francisco 2010, Bellucii 2002). Estas são as ONGs nacionais e internacionais e a miríade de organizações muitas vezes criadas por elas como interlocutores da "sociedade civil". Poderíamos, porventura cruelmente, ver isto como uma sociedade civil "domesticada", tolerada precisamente porque opera dentro de certos parâmetros políticos acordados. Os analistas queixam-se da "debilidade" da sociedade civil e exaltam as virtudes de uma sociedade civil "dinâmica", mas por vezes, a sua visão é algo restrita. De uma perspectiva gramsciana, a sociedade civil pode ser tomada simplesmente como todas as associações e redes que existem entre a economia e o Estado. Estas podem ser nitidamente formas "incivis" mas analiticamente, devem ser incluídas. Acima de tudo, se nos concentrarmos em reuniões na capital entre os elementos da sociedade civil "reconhecidos" deixamos escapar formas tradicionais de associações de bairro, campanhas espontâneas, redes de auto-ajuda, e todas as outras formas originais - algumas tradicionais, algumas modernas -

através das quais as pessoas se organizam quando não se sentem representadas pelo sistema político.

A alternativa à perspectiva dominante "vinda de cima" sobre a SC é porventura melhor captada por Mzwanele Mayekiso, um "intelectual orgânico" do movimento cívico da África do Sul. Para Mayekiso, inspirado na luta contra o apartheid nos "townships" durante a década de 1980, não faz qualquer sentido valorizar a sociedade civil por si só. Temos de distinguir, argumenta ele, entre "sociedade civil trabalhadora" e as secções que "seguem a agenda das entidades de desenvolvimento imperialistas e dos ministérios dos negócios estrangeiros", sobretudo para reduzir a capacidade do Estado e obrigar as organizações de base comunitária a assumirem as responsabilidades do Estado (Mayekiso 1996:12). O que Mayekiso faz é desenhar uma linha política clara entre diferentes vertentes que reivindicam a capa da SC. Não temos de concordar com a sua análise precisa para reconhecer que por debaixo do retrato engenhosamente apolítico da "sociedade civil" na sua versão oficial, existe uma multiplicidade de posições políticas por vezes contraditórias. Também não significa que devemos contrabalançar o local face ao global, porque, como demonstra Mayekiso em relação à África do Sul e que também encontramos em Moçambique, por vezes as organizações de base comunitária mais local caracterizam-se por intensas ligações e actividades transnacionais.

Por vezes, a história pode contar-nos mais do que uma análise "científica" do que está a acontecer numa determinada situação. Em 2011, uma amostra representativa de ONGs e da sociedade civil reuniu-se num hotel de Maputo de elevada categoria para um dos seus workshops regulares sobre "a visão da sociedade civil para uma cidadania reforçada". Por volta do meio-dia, os delegados conseguiam ver através das janelas da sala de conferências com ar condicionado que, uma certa multidão esfarrapada se congregava na rua abaixo com cartazes grosseiros feitos em casa. Eram ex-combatentes com as suas famílias a protestar pelo não pagamento das pensões que lhes haviam sido prometidas. A polícia dispersou imediatamente os manifestantes e as coisas voltaram ao normal. Enquanto os representantes "oficiais" da sociedade civil estiveram a almoçar no hotel, a "verdadeira" sociedade civil nas ruas vagueava com fome e sede. Não se trata de apresentar aqui uma crítica moral, mas simplesmente mostrar o total divórcio e desinteresse mútuo entre as duas alas da sociedade civil. Ninguém se lembrou de ir até a rua para saber o que estava a acontecer, muito menos oferecer solidariedade.

2. A Sociedade Civil em Moçambique. Desde o domínio colonial até à participação?

É importante analisar a sociedade civil contemporânea, à luz de uma compreensão histórica dos desenvolvimentos passados em Moçambique. O domínio colonial tinha impedido a constituição e o desenvolvimento de uma sociedade civil dinâmica. A vida associativa surgiu num contexto de oposição ao regime colonial; foi influenciada pelo contexto internacional de ideais pan-africanistas, a negritude e o socialismo. Alguns grupos clamaram reformas no seio do sistema colonial, por exemplo, pediram o acesso à educação, ao emprego, etc. Por volta de 1880, estabeleceram-se algumas representações cívicas no contexto da criação dos primeiros jornais¹ como uma voz de grupos cívicos específicos². A partir da década de 1930, no contexto da implementação da filosofia do *Estado Novo* pelo ditador português António Salazar, o regime colonial usou um modelo autoritário que impôs às entidades não-governamentais para a realização da propaganda estatal, ganhando a adesão das pessoas às políticas do Estado. Na década de 1950, emergiram alguns grupos cívicos,³ o que constituiu um espaço de mobilização para a resistência contra o regime colonial. No seio destas organizações geraram-se ideias reformistas e radicais na luta pela independência (vide Negrão 2003, Francisco 2010).

Com a independência nacional em 1975, o governo liderado pelo movimento de libertação, a *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO), com um grande e entusiástico apoio do povo e da solidariedade internacional, assumiu a liderança do Estado e adoptou um controlo absoluto do poder, incluindo o controlo da área civil e social; neste contexto, o partido e o Estado estabeleceram e consolidaram as chamadas *organizações democráticas de massa*⁴ e controlaram rigorosamente as organizações socioprofissionais⁵. Apenas um pequeno número de organizações⁶ podia desenvolver-se fora do controlo do Estado.

A guerra civil brutal e a estratégia de desenvolvimento do regime de partido único conduziram a uma deterioração das condições de vida das populações nas áreas rurais e urbanas, pelo que foi necessária assistência humanitária. A integração no Fundo

¹ *Clamor Africano* (em 1886), *O Africano* (em 1806), *O Brando Africano* (em 1808).

² Como o *Grémio Africano*, *União Africana*, *Associação Africana da Colónia de Moçambique* e Instituto *Negrofilio* (Newitt 1995).

³ Como a *Associação dos Naturais de Moçambique*, *Conselho Cristão de Moçambique*, cooperativas de agricultores africanos e outras.

⁴ Como a *Instituição da Mulher Moçambicana* (OMM), *Organização da Juventude Moçambicana* (OJM), *Organização dos Trabalhadores Moçambicanos* (OTM).

⁵ Como a *Organização Nacional dos Professores* (ONP) e a *Organização Nacional dos Jornalistas* (ONJ).

⁶ Como o *Concelho Cristão de Moçambique* (CCM) e a *Caritas* (da Igreja Católica).

Monetário Internacional (FMI) (em 1983) e a introdução do programa de ajustamento estrutural levaram não apenas à expansão da economia informal, mas também à formação de organizações na área de provisão de ajuda humanitária, ocupando espaço onde o Estado não conseguia prestar serviços. Isto foi desencadeado por argumentos neoliberais que defendem que o Estado deve retirar-se de certas áreas da provisão de bens e serviços. Dessa forma, o governo, os parceiros de cooperação, assim como ONGs internacionais e nacionais viram-se no papel das OSCs meramente como prestadores de serviços, implementando projectos e actividades iniciadas, concebidas e financiadas pelo governo ou parceiros de cooperação.

Na década de 1990, surgiu uma nova fase da história do país, caracterizada pelo fim da guerra civil e a generalização do processo de democratização. Com a nova Constituição, aprovada em 1990, o governo da FRELIMO introduziu um sistema multipartidário e a liberdade de associação, criando o quadro legal e institucional para o desenvolvimento de uma cultura democrática e atitudes mais positivas para a boa governação.

Os doadores internacionais iniciaram vários programas e projectos para melhorar ainda mais a boa governação, e canalizaram também assistência técnica e fundos através de ONGs internacionais. Os doadores procuraram organizações intermediárias para canalizar a ajuda directamente aos cidadãos contornando o governo e o Estado. Nessa altura, a capacidade humana, financeira, técnica e de organização do governo em prestar serviços à população era extremamente limitada. O país assistiu à criação e expansão acelerada de ONGs nacionais e redes.⁷

Na realidade, o país criou formalmente instrumentos democráticos fundamentais para a participação da sociedade civil na vida pública (incluindo algumas plataformas de diálogo entre o governo e a sociedade civil).⁸ Contudo, esses mecanismos de participação têm de ser potenciados para que uma real participação dos cidadãos e das suas organizações possa ser alcançada. Para além das dificuldades reais do processo e a falta de um forte compromisso político de algumas partes interessadas, muitos especialistas da sociedade civil argumentam que a capacidade da sociedade civil ainda é fraca, assim como a coordenação e a cooperação entre as OSCs (vide FDC 2007, Forquilha 2010, Hodges e Tibana 2005, Kepa 2011).

⁷ Por exemplo, *Organização Rural de Apoio Mútuo Rural* (ORAM), *Fundação para o Desenvolvimento Comunitário* (FDC), Grupo Moçambicano da Dívida (GMD), G20 - a plataforma moçambicana das OSC participantes na formulação, monitoria e avaliação das políticas macro-económicas, tais como a estratégia de redução da pobreza no contexto dos Observatórios de Desenvolvimento.

⁸ Por exemplo, *Observatórios de Desenvolvimento* (ODs) e *Instituições de Participação e Consulta Comunitária* (IPCC) aos quais pertencem os *Conselhos Locais* ao nível de *distrito, posto administrativo, localidade e povoação*.

O ambiente político deteriorou-se após as terceiras eleições gerais (2004). O cenário político continua a ser dominado pelos dois maiores partidos. Consequentemente, nos últimos anos, o espaço de acção da sociedade civil foi reduzido (vide KEPA 2011, Macuane et al 2010). Para além disso, a instrumentalização e cooptação por parte do governo e dos partidos políticos⁹ têm contribuído para uma redução do potencial papel das OSCs como parceiros e intermediários no contexto dos conflitos sociais, tais como os motins provocados por questões relacionadas com a subida de preços de produtos alimentares de Setembro de 2010 e Fevereiro de 2013.

Apesar destes problemas, existem fóruns de consulta iniciados pelo governo e doadores, alguns deles a funcionarem muito bem. Os doadores têm sido particularmente activos na implementação da criação de capacidade das ONGs e programas de financiamento¹⁰. Contudo, parece-me que as áreas de actividades e estratégias de ONGs apoiadas pelos doadores são, em grande medida, determinadas pelas prioridades e tendências dos doadores.

Em conclusão, existe em Moçambique um quadro jurídico-constitucional de liberdade de expressão e associação, assim como compromisso oficial do governo para a democracia e a boa governação. Contudo, isso não é suficiente para garantir uma boa voz do cidadão, porque há na prática outros aspectos que estão a dificultar o desenvolvimento da cidadania e da expressão da voz do cidadão.

3. Mapeamento da sociedade civil em Moçambique

Como foi descrito no capítulo anterior, depois de o domínio colonial impedir o desenvolvimento formal de uma sociedade civil dinâmica, a luta pela independência política e descolonização desenvolveram novas formas e entendimentos formais e informais da sociedade civil e as suas diversas formas e tentativas de participação em processos de desenvolvimento humano em Moçambique e na região em geral. Depois de ficar a conhecer estes desenvolvimentos da sociedade civil, decidimos falar com vários actores de desenvolvimento em Moçambique e obter uma perspectiva sobre a sociedade civil influenciada desde o sul. Acreditamos agora que há um campo de investigação desconhecido que combina a investigação de actores da sociedade civil

⁹ É importante que fique claro que não estamos a dizer, pelo contrário, que a sociedade civil tem de ser ou age necessariamente em confronto ou contra o Estado, o governo ou os partidos políticos (vide Ilal 2008).

¹⁰ Entidades públicas bilaterais e multilaterais DANIDA, DFID, Comissão Europeia, Irish Aid, SIDA, PNUD, USAID, etc., bem como ONG internacionais como CAFOD, Centro Cooperativo Sueco, Concern, Helvetas Intercooperation, Hivos NOVIB, Ibis, Oxfam e Diakonia.

com um alargado quadro analítico do significado conceitual de sociedade civil num contexto do hemisfério sul, como Moçambique.

3.1.Uma mesa redonda preliminar sobre a sociedade civil na província de Lichinga-Niassa

Vemos a necessidade de desconstruir o termo sociedade civil e começar a fazê-lo identificando quatro grandes perguntas. Estas foram colocados e discutidas durante entrevistas individuais e uma mesa redonda em Lichinga (capital da província do Niassa).

Quem pertence à sociedade civil?

Embora todos os participantes da mesa redonda concordem com a definição mais ampla de que a sociedade civil envolve diferentes tipos de organizações sociais, incluindo a igreja e as organizações de base, houve considerável desacordo para saber se os partidos políticos e as organizações democráticas de massa fariam parte ou não. Um participante na mesa redonda da União Nacional dos Camponeses (UNAC) observou que, em teoria, acreditava que os partidos políticos poderiam fazer parte da sociedade civil, mas que, na prática, em Moçambique, tal não acontecia. Contudo, para muitas das pessoas entrevistadas, houve reconhecimento de que os partidos políticos incluem organizações democráticas de massa, que, por sua vez, participam em reuniões da sociedade civil. Verificou-se a existência de um amplo acordo de que o fazem não como partidos políticos, mas como organizações de massas que participam em nome dos partidos políticos.

Levantou-se a questão de saber se os actores da sociedade civil podem fazer parte dos vários domínios, por exemplo, político e sociedade civil ao mesmo tempo. O discurso da ajuda oficial à sociedade civil em Moçambique sugere, sem dúvida, uma clara linha de separação entre o domínio da política e da sociedade civil e actores – com as suas funções como provedor de serviços sociais e de "fiscalizador" face ao governo. Contudo, durante a nossa visita, também ficou claro que, para a maioria dos trabalhadores entrevistados das ONGs moçambicanas, as organizações oficiais de massas não faziam parte da sociedade civil, ao passo que, contudo, para a maioria dos membros da União Nacional dos Camponeses consultados, poderiam fazer parte com base no argumento de que não participem activamente em reuniões da sociedade civil incluindo manifestações e demonstrações de rua. Na realidade, não houve acordo sobre o tema. Esta questão causou discordância significativa durante as discussões individuais

e em grupo. Alguns argumentos baseavam-se no facto de as mulheres, os trabalhadores ou os jovens participarem na sua capacidade e com a sua identidade social e não apenas como membros dos partidos políticos. Houve também divergência quanto à questão de saber se as organizações de massas dependiam financeiramente dos partidos políticos ou não e se este factor deve realmente ser determinante no âmbito do debate.

Embora esta questão tenha representado, sem dúvida, o melhor debate no âmbito e entre debates de representantes de ONGs em Lichinga, o doador e os representantes do sector privado não se envolveram de facto profundamente com esse tema. Preferiram definir os actores da sociedade civil como "intermediários" colocados entre os prestadores de serviços (principalmente governo e sector privado) e os cidadãos, distinguindo principalmente entre as ONGs nacionais e internacionais e as suas capacidades em implementar e reportar sobre projectos de desenvolvimento. Ambos representantes do sector privado consultados realçaram que os actores da sociedade civil também podem perturbar o desenvolvimento económico e social porque transmitem mensagens contraditórias às comunidades locais. Com base num modelo normativo/democrático e não violento de sociedade civil, consideraram, por conseguinte, esses "actores perturbadores" como situados fora do domínio da sociedade civil.

Um representante foi ao ponto de afirmar que a sociedade civil era "utopia". Esta reflexão foi depois também incluída na última mesa redonda. Confrontados com muitas incertezas sobre quais actores pertencem à sociedade civil, algumas pessoas preferiram consultar a constituição nacional que contém artigos referentes às organizações da sociedade civil. Tornou-se claro que, para além dos representantes da União Nacional dos Camponeses, a maioria dos participantes olhava para as categorias jurídicas dos actores da sociedade civil e não para os processos políticos onde participavam.

Qual é o objectivo da sociedade civil?

A nossa pergunta seguinte estava associada à compreensão local sobre os objectivos da sociedade civil. Apenas os representantes da União Nacional dos Camponeses estavam bem envolvidos nesta questão. Salientaram que os objectivos da sociedade civil variavam, desde a monitoria passando pela crítica às políticas do governo até à apresentação ao governo de novas ideologias. Um representante sublinhou que, na sua opinião, a sociedade civil tinha de liderar em todas as questões relacionadas com o desenvolvimento, em particular, trazendo para a mesa novas ideias e propostas

concretas para resolver os problemas de desenvolvimento. Outras participações não deram grande contributo.

Qual é o papel da sociedade civil no desenvolvimento?

Um trabalhador de uma ONG moçambicana explicou que observou uma dupla finalidade da sociedade civil – a monitoria das políticas públicas e o financiamento/implementação de projectos de desenvolvimento. Em relação a este último aspecto, a capacidade de gestão financeira e administrativa foi fundamental e, daí o facto da maioria dos fundos de ajuda à sociedade civil terem sido canalizados através ONGs internacionais. A questão de saber se os actores da sociedade civil podem legitimamente falar em nome do povo e articular as suas necessidades foi suscitada no debate. No final não houve entendimento comum claro sobre a legitimidade da sociedade civil, mas ficou acordado que, actores racistas, bem como actores violentos eram excluídos da sociedade civil. Em todas as entrevistas e grupos de discussão ficou claro que a sociedade civil pode e, na realidade, influencia e mobiliza os cidadãos e que isso era algo que o governo não foi capaz de fazer tão bem como a sociedade civil. Um representante de ONG internacional perguntou depois se a mobilização para desenvolvimento e prestação de serviços sociais era realmente a tarefa da sociedade civil. A simples função da sociedade civil resume-se apenas a monitorizar o governo e ao patrocínio de causas? Muitos participantes concordaram sobre este ponto. Um trabalhador de uma ONG moçambicana sublinhou que é muito importante ser claro quanto a quem faz o quê e ter linhas claras entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Apesar disso, também manifestou a opinião de que por vezes organizações da sociedade civil – organizações da igreja em particular – podem complementar o trabalho do governo, onde ele é fraco e não consegue cumprir o seu papel.

Houve um amplo acordo de que os indivíduos que se reúnem numa causa comum fazem parte da sociedade civil. A causa comum foi muitas vezes vista como sendo sentida mais fortemente a nível local, sendo igualmente importante a interconectividade entre os vários níveis. Um representante de uma plataforma da sociedade civil referiu-se à necessidade de fóruns e redes estratégicas. No final deste debate, colocaram-se perguntas para saber se um indivíduo poderia ser parte integrante da sociedade civil ou se um actor precisava de um certo nível de (auto-) organização para ser incluído no conceito.

Sociedade civil: um mito ou utopia no âmbito do debate sobre ajuda?

A última pergunta só foi debatida durante a mesa redonda e não como parte das entrevistas individuais em Lichinga. Tratou-se do conceito de sociedade civil no debate sobre ajuda. O conceito de sociedade civil que está a ser usado no debate sobre ajuda constitui um mito ou existe realmente em Moçambique? Um investigador que participa no debate colocou uma outra pergunta: o conceito de sociedade civil no debate sobre ajuda explica ou complica? O representante da plataforma das ONGs explicou que a população local precisava de muita preparação para compreender o que sociedade civil representa e que pode mesmo rejeitar a participação nos eventos da sociedade civil porque não entende o seu significado. Um trabalhador de uma ONG moçambicana referiu-se depois aos indicadores da sociedade civil e argumentou que estes ajudaram a mostrar que o conceito de sociedade civil é um conceito real e não um conceito utópico. A mesma pessoa também insistiu que a sociedade civil não estava a fazer o que dela se espera; é bastante fragmentada e fraca, afectada pelas infiltrações dos partidos políticos. Essa pessoa também se referiu algumas vezes aos termos "sociedade civil do dia" e "sociedade civil da noite" – o que significa que o verdadeiro desenvolvimento ou crítica ao governo apenas acontece fora das organizações formais da sociedade civil durante o dia. Ele explicou ainda que as organizações da sociedade civil que criticam durante o dia não serão financiadas ou terão corte nos seus financiamentos. O representante da rede de ONGs nesta fase remeteu para uma manifestação local envolvendo muitas ONGs locais e associações, incluindo grupos de igreja, exigindo a construção de uma estrada entre Lichinga e Cuamba (as duas principais cidades da província do Niassa). Ele sentiu que essa manifestação trouxe uma real atenção à influência que a sociedade civil pode ter. Também mostrou que a sociedade civil de vários níveis e origens pode agregar-se numa causa comum. Por último, os representantes do governo que participaram na mesa redonda juntaram-se ao debate no final, observando que a sociedade civil tem de se organizar e estar pronta para o diálogo como um intermediário. Abordar a questão da sociedade civil informal foi considerado problemático. Ninguém discordou.

3.2. Reflexões adicionais sobre o conceito da sociedade civil e o seu papel em Moçambique

A diversidade de opiniões em torno do conceito de sociedade civil, em especial os seus principais actores em Moçambique, ficou bem clara durante a mesa redonda e, no geral,

durante as várias conversas que tivemos em Moçambique. O que não foi discutido na mesa redonda, mas referido durante duas entrevistas individuais em Lichinga, foi o papel do sector privado, em transpor desenvolvimento filantrópico e um nível de liberdade política para a realidade das pessoas. O nível de cooptação de representantes das ONGs pelo governo foi considerado por essas duas pessoas como um grande obstáculo para uma sociedade civil dinâmica e independente. Um representante de uma ONG provincial afirmou mesmo que "a libertação dos libertadores" era agora uma necessidade urgente. Apontando para o elevado nível de opressão dos cidadãos, ele era crítico quanto ao "jogo político".

3.3. Próximos passos para o desenvolvimento do mapeamento de acção participativa (MAP) em Moçambique

O estudo preliminar realizado até agora sugere que as actuais abordagens de mapeamento de actores da sociedade civil, como por exemplo o Índice da Sociedade Civil da CIVICUS, também realizado em Moçambique, podem e devem ser alargadas analiticamente, incluindo actores e dinâmicas adicionais. Tal como o sector económico tem sido alargado à economia informal é tempo de tentar identificar os actores da sociedade civil que se reúnem e desenvolvem debaixo do "radar" dos actuais sistemas de ajuda formais. Nesse sentido, gostaríamos de utilizar o nosso estudo preliminar e este primeiro documento de discussão como evidência inicial para desenvolver e experimentar uma metodologia completa de mapeamento de actores da sociedade civil participativa.

O nosso projecto baseia-se numa metodologia de mapeamento entendida como uma ferramenta que pode ser usada para identificar os principais actores num processo ou determinado contexto (país, província, distrito, sector, etc.) para compreender a sua estrutura e relações relativas ao processo de desenvolvimento. Ajuda também a identificar o papel e a posição dos actores no mais amplo quadro social, institucional e político de uma determinada sociedade, bem como os seus pontos fortes e fracos, o que permite a análise das suas influências na mesma arena.

O objectivo principal do exercício de mapeamento é gerar conhecimento bem fundamentado e original acerca dos actores relevantes da sociedade civil, compreender o seu papel, a estrutura, as capacidades e as relações com outros actores na sociedade e entre si. Isto inclui o reconhecimento do contexto em que os actores operam, bem como

a sua disposição democrática para se envolverem efectivamente com a mudança social, económica e política positiva.

Os principais objectivos do mapeamento são os seguintes:

- Oferecer uma visão completa dos actores na arena da sociedade civil, e as suas relações com outros actores nas esferas do Estado, económica e familiar;
- Identificar os grupos relevantes da sociedade civil, as organizações e plataformas para reforçar o diálogo substancial entre a sociedade civil, o Estado, o sector privado e os doadores;
- Identificar os principais actores da sociedade civil e compreender como estão envolvidos no desenvolvimento e nos processos de governação e quais são as respectivas dinâmicas relevantes;
- Avaliar o papel e a posição dos actores da sociedade civil, bem como os seus vínculos e relações com outros actores e as suas necessidades e interesses;
- Avaliar a capacidade dos actores da sociedade civil, os seus pontos fortes e fracos;
- Identificar os actores mais relevantes a todos os níveis, indo além dos beneficiários conhecidos, especialmente os que são relevantes para promover a agenda da governação democrática.

A definição do âmbito do nosso mapeamento da sociedade civil em Moçambique será feita com a participação activa das principais partes interessadas no país. Contudo, com algum nível de antecipação, apresentamos algumas sugestões preliminares relativas ao âmbito do mapeamento. O mapeamento deve analisar os seguintes aspectos:

- (i) o equilíbrio entre a inclusividade e selectividade dos actores, isto é, a definição da medida em que iremos incluir os diferentes tipos de actores;
- (ii) a selecção das camadas de elementos do meio para a avaliação da sociedade civil;
- (iii) a definição dos aspectos relevantes a serem avaliados quanto à estrutura, capacidade e governo interno dos actores da sociedade civil;
- (iv) a selecção das plataformas mais relevantes de diálogo, colaboração e coordenação no seio da sociedade civil e entre a sociedade civil, o Estado, o sector privado e parceiros de cooperação a serem avaliados. Isto inclui, por

exemplo, a avaliação de factores relevantes para a falha na coordenação da acção colectiva dos actores da sociedade civil; e

- (v) a definição de como a avaliação do impacto do envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento, especialmente nos processos de tomada de decisão sobre questões de governação e democracia, será incluída. Isso irá permitir que os principais actores "aceitem" e consolidem o seu sentido de pertença no exercício de mapeamento e integrem as suas experiências.

É importante salientar que iremos assumir uma abordagem de economia política ampla quando analisarmos a sociedade civil para compreender como a acção colectiva pode ser apoiada e como poderá ocorrer mudança (vide Corduneanu-Huci, Hamilton e Ferrer 2013). Por conseguinte, iremos concentrar-nos também no ambiente para acções da sociedade civil, bem como nas relações com outras partes interessadas, como por exemplo, os governos aos seus vários níveis, os parlamentos e demais instituições do Estado, os partidos políticos, o sector privado, os parceiros de cooperação, os media e as instituições académicas e de investigação.

Esperamos contribuir para o reconhecimento progressivo de que os actores da sociedade civil são essenciais no processo de desenvolvimento e os motores da mudança por direito próprio, e sublinhamos – embora recusando o discurso neoliberal – que o seu papel vai muito além do papel de prestadores de serviços.

O mapeamento da sociedade civil, que iremos realizar, pode ter várias utilizações, tais como:

- Apoiar a identificação e a formulação de intervenções para apoiar a sociedade civil;
- Identificar os actores com experiência e capacidade para se envolverem no diálogo político;
- Identificar estratégias adequadas para estimular o envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil no diálogo político e defesa das políticas públicas, programas e projectos;
- Oferecer um quadro actualizado do volume, distribuição, cobertura e contributos dos actores da sociedade civil, para informar e auxiliar o planeamento e implementação das políticas, planos e programas públicos;
- Realçar os desafios e oportunidades que a sociedade civil enfrenta em termos de contributo para o processo de desenvolvimento nacional,

especialmente no que respeita à governação e democracia, e para propor soluções;

- Avaliar a capacidade dos actores da sociedade civil e determinar os requisitos da capacidade de desenvolvimento para apoiar mais envolvimento e participação cívica;
- Melhorar a governação interna, legitimidade e responsabilidade das OSC.

A nossa filosofia ou teoria de mapeamento torna explícitos os valores, os princípios e os pressupostos que norteiam a fundação do processo de mapeamento, da seguinte forma:

- Procurando um envolvimento participativo de baixo para cima das partes interessadas;
- Reforçando o compromisso das partes interessadas para reforçar e alargar a sociedade civil;
- Garantindo capacidade de resposta e flexibilidade no planeamento e implementação do mapeamento;
- Oferecendo oportunidades para reflectir e avaliar, de uma forma contínua;
- Reflectindo sobre a governação interna para atingir resultados de aprendizagem;
- Promovendo a transição do conhecimento para a acção;
- Apresentando a abordagem de mapeamento de forma pró-activa para garantir espaço político para a sua implementação.

Isto irá ajudar-nos a definir, em estreita parceria com os principais actores, os princípios subjacentes ao exercício de mapeamento. Daí a extrema importância em garantir pluralidade, em termos de multiplicidade e heterogeneidade. O exercício de mapeamento incluirá todas as formas organizacionais relevantes pertencentes à sociedade civil — a todos os níveis¹¹.

A nossa consulta local preliminar leva-nos a crer que a sociedade civil, a nível de aldeia em Moçambique, está consciente do seu potencial papel político, como estão alguns actores da sociedade civil a nível provincial. Parece que sociedade civil formal, tanto nível provincial como nacional, está bem estruturada, dispondo de alianças, redes e plataformas. A maioria dos actores da sociedade civil formal e burocrática

¹¹ Nomeadamente organizações não-governamentais, organizações baseadas em filiação, organizações democráticas de massa, sindicatos, grupos e organizações profissionais, organizações religiosas, organizações de base comunitária, grupos informais, grupos de auto-ajuda, organizações tradicionais e culturais, fundações, meios de comunicação social e instituições de investigação de políticas, movimentos sociais e outras plataformas e redes com uma agenda de desenvolvimento.

(principalmente as ONGs nacionais e internacionais) em Maputo não estão geralmente associados nem particularmente interessados no que poderia ser chamado de parte "incivil" da sociedade civil. Contudo, a nível provincial, vemos cada vez mais trocas entre sociedade civil formal e informal com os actores movendo-se por vezes conscientemente de um espaço para o outro (sociedade civil do dia e sociedade civil da noite), da tradição para vida associativa e claramente também da sociedade civil para a sociedade política. A complexidade da política no seio da sociedade civil está agora a ser discutida abertamente para incluir o sector formal e informal.

A nossa metodologia de mapeamento consistirá na identificação, entrevistas, levantamento, análise e discussão com os actores da sociedade civil e outras partes interessadas para avaliar os objectivos e a missão, os interesses e os papéis, as estruturas organizacionais, a capacidade dos actores da sociedade civil e as relações entre si e com o Estado/governo, sector privado e os parceiros de cooperação.

As principais fases do Mapeamento de Acção Participativa serão as seguintes:

1. Diagnóstico, identificação e definição do problema;
2. Avaliação da prontidão para realizar mapeamento de acção participativa. Isto implica identificar o calendário necessário, a mobilização de recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e organizacionais, criando oportunidades para colaboração e cooperação para o mapeamento (incluindo assistência técnica, criação de capacidade e financiamento); isto irá ajudar a determinar a viabilidade do mapeamento no contexto do país;
3. Planeamento da acção;
4. Recolha de dados e informações;
5. Compilação e análise dos resultados;
6. Monitorização, avaliação, feedback, aprendizagem e documentação;
7. Divulgação dos resultados, lições aprendidas e boas práticas e políticas.

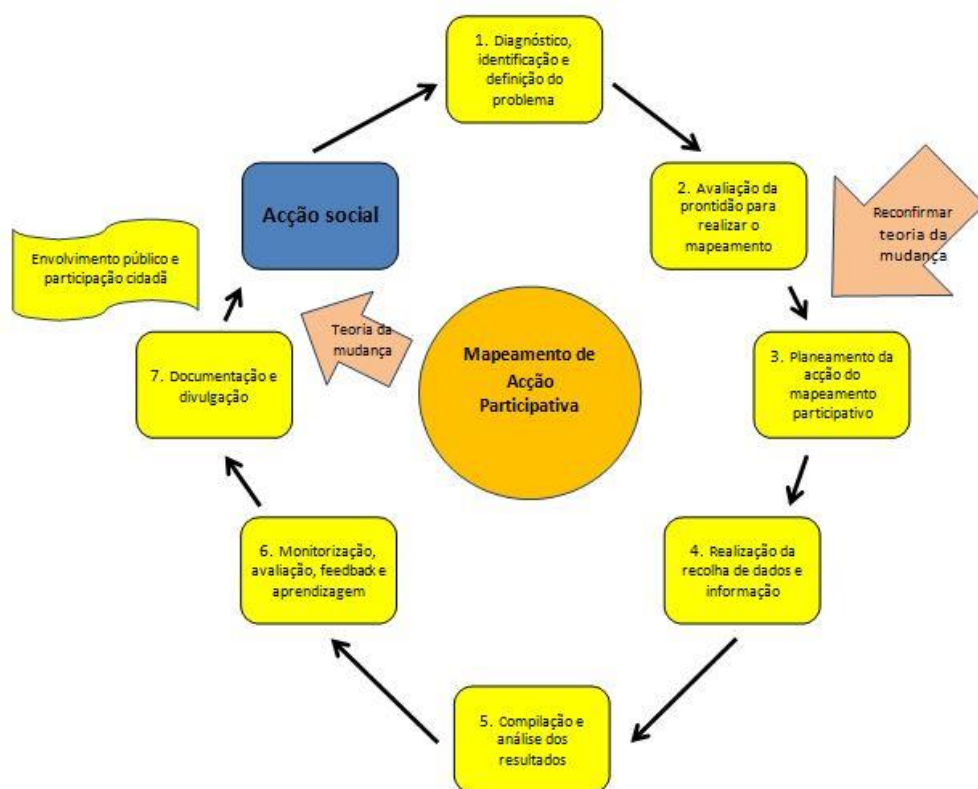


Figura 1: As fases do Mapeamento de Acção Participativa

O que estamos a propor desta forma, com base numa desconstrução crítica inicial da economia política da "sociedade civil" e uma conversa preliminar localizada no norte de Moçambique, é uma nova metodologia de Mapeamento de Acção Participativa para captar a complexidade e as contradições da sociedade civil de uma perspectiva do hemisfério sul. Agradecemos eventuais comentários sobre esta proposta.

Referências

- Adam, Y. (1997). 'Messias modern os procuram novos Lazaros: ONG's em Mozambique' in D Sogge (ed) Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. Amsterdam, GOM: mimeo.
- Accra Agenda for Action (2008). 3rd High-Level Forum on Aid Effectiveness. 2-4 September 2008, Accra.
- African Union (2011). African Consensus and Position on Development Effectiveness. Aid Forum for Africa's Development. African Union, NEPAD Planning and Coordinating Agency. 4th High Level Forum on Aid Effectiveness, Busan.
- Alfani, F. et al (2012). Poverty in Mozambique. New Evidence from Recent Household Surveys. The World Bank. Policy Research Working Paper 6217, October.
- Anheier, Helmut; Alan Fowler; Richard Holloway; Amani Kandil (2011). Assessments: A conceptual Analysis.
- Artur, Maria José (2004). Trade Unions in Mozambique. Baseline Survey. Fridrich-Ebert-Stiftung (FES), Maputo.
- Behr, Timo and Sitonen, Aaretti (2013). Building Bridges or Digging Trenches, Civil Society Engagement after Arabic Spring. The Finish Institute for International Affairs, FIIA Working Paper No. 77.
- Bellucci, Stefano (2002). Governance, Civil Society and NGOs in Mozambique. Management of Social Transformations, MOST, Discussion Paper n°. 56, UNESCO, Paris.
- Berazneva, J. and Lee, D. (2011). "Explaining the African Food Riots of 2007-2008: An Empirical Analysis", Charles H. Dyson School of Applied Economics and Management Cornell University, Ithaca, New York, March 2011.
- Browne, Evie (2013). Monitoring and evaluating civil society partnerships. GSDRC, HelpDesk Research Report.
- Brouwers, Ria (2001). When 'civics' go 'governance': on the role and relevance of civic organisations in the policy arena in Sub-Saharan Africa.
- Brynildsen, Øygunn Sundsbø and Nombora, Dionísio (2013). Mining without development: The case of Kenmare Moma mine in Mozambique. Centro de Integridade Pública/ Center for Public Integrity (CIP) and European Network on Debt and Development (eurodad), Maputo and Brussels.
- Buttigieg, J. (1995). "Gramsci on Civil Society" *Boundary, Z*, 22:3, pp. 1-32.
- Buttigieg, J. (2005). "The contemporary Discourse on Civil Society: A Gramscian Critique", *Boundary 2*, 32 (1), pp. 33-52.
- Chandhke, N. (2005). "How Global is Global Civil Society" *Journal of World-Systems Research XI*, 2, pp. 355-371.
- CIVICUS (2013). State of Civil Society 2013. Creating an enabling environment. World Alliance for Citizen Participation. Johannesburg.
- CIVICUS, n.d., CIVICUS Civil Society Index. Summary of conceptual framework and research methodology.
- Corduneanu-Huci, Cristina; Alexander Hamilton; Issel Masses Ferrer (2013). Understanding Policy Change. How to Apply Political Economy Concepts in Practice. O Banco Mundial, Washington, DC.

- Cox, R. (1983). "Gramsci, Hegemony and International Relations: An essay in Method" *Millennium: Revista de Estudos Internacionais* 12 (2), pp 162-175.
- De Renzio, P. and Krafchik, W. (2007). "Can civil society have an impact? Public spending: holding government accountable". www.capacity.org
- DFID (2008). *Citizens' Voice and Accountability Evaluation. Mozambique Country Case Study. Evaluation Report*. DFID, Belgian Development Cooperation, DANIDA, NORAD, BMZ and SDC.
- EC (2009). *Methodological guide for implementing a mapping of civil society actors in Latin American countries'* (Produced by Michel Falisse and Beatriz Sanz Corella). European Commission. Brussels.
- EC (2012a). *Mappings and civil society assessments. A study of past, present and future trends. Tools and Methods Series, Concept Paper N° 3*. EuropeAid, Development and Cooperation Directorate-General, European Commission, September, Brussels and Luxemburg.
- EC (2012b). *The roots of democracy and sustainable development: Europe's engagement with Civil Society in external relations. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*. COM(2012) 492 final. Brussels.
- FDC (2007). *Índice da Sociedade Civil 2007. A Sociedade Civil Moçambicana por Dentro: Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção*. (Autores: António Francisco, Albertina Mucavele, Paula Monjane e Sónia Seuane). Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Maputo.
- Ferguson, J. (2006). *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World order*. Durham: Duke University Press.
- Forquilha, Salvador Cadete (2010). *Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de Estado neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique*. Em: IESE (Ed.), *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique. Comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. IESE, pp. 19-48, Maputo.
- Fowler, Alan (2012). *Measuring Civil Society: Perspectives on Afro-Centrism*. Publicado online: 6 de Janeiro de 2012.
- Francisco, A. (2010) *Sociedade Civil em Moçambique. Expectativas e Desafios*. Maputo: mimeo.
- Gaventa, John and Barrett, Gregory (2010). *So What Difference Does it Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement*. Institute of Development Studies, IDS Working Paper 347, October.
- Heinrich, Volkhart Finn, n.d. *Assessing and Strengthening Civil Society Worldwide. A Project Description of the CIVICUS Civil Society Index: A Participatory Needs Assessment & Action-Planning Tool for Civil Society*. CIVICUS.
- Hodges, Tony and Tibana, Roberto (2005). *Political Economy of the Budget in Mozambique*.
- IMF (2014a). *First Review Under the Policy Support Instrument and Request for Modification of Assessment Criteria—Staff Report, IMF Country Report No.14/20*, January. Washington, DC.

- IMF (2014b). Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Fostering Durable and Inclusive Growth. World Economic and Financial Surveys. International Monetary Fund, April 2014, Washington, DC.
- Ilal, Abdul (2008). Mozambique. An independent analysis of ownership and accountability in the development aid system. Research on the Effectiveness of Extern Aid. The Case of Mozambique. Study commissioned by EUODAD, CAFOD and Trócaire. <http://www.sarpn.org/documents/d0002972/index.php>
- INE (2006). As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005), Maputo.
- ITAD and COWI (2013). Joint Evaluation of Support to Civil Society Engagement in Policy Dialogue. Mozambique Country Report. Evaluation commissioned by members of the Development Group on Civil Society and Aid Effectiveness, comprised by Austrian Development Cooperation (ADC), Danish International Development Assistance (Danida), Swedish International Development Cooperation Agency (Sida), Canadian International Development Agency (CIDA), Ministry of Foreign Affairs of Finland and Swiss Agency for Development Cooperation (SDC).
- JHU (2011). Índice da Sociedade Civil Global John Hopkins. John Hopkins University.
- Keane, John, (2009). Civil Society, Definitions and Approaches. London.
- KEPA (2011). Reflections on Mozambican Civil Society. KEPA, Service Centre for Development Cooperation, December.
- Keystone (2010). NGO Partner Survey 2010. Public Report. Keystone Performance Surveys.
- Lewis, D. (2001). Civil society in non-Western contexts: Reflections on the ‘usefulness’ of a concept Civil Society, Working Paper 13, October 2001.
- Lewis, D. (2002). “Civil Society in an African Context: Reflections on the Usefulness of a Concept”, *Development and Change* 33 (11), pp. 569-586.
- Lewis, D. (2009). “Non-Governmental Organizations and Development”, *Routledge Perspectives on Development*, pp. 82-87.
- Macuane, J. et al (2010). Estudo de Governação de Nampula. Relatório. Maputo.
- Maina, W. (1998). Kenya: the state, donors and the politics of democratization. Em A. van Rooy (ed.), *Civil Society and the Aid Industry*, Earthscan, Londres.
- Makumbe, J. (1989). Is there a Civil Society in Africa, *International Affairs*, Vol. 74, Edição 2, pp. 305-317.
- Mansuri, Ghazala and Rao, Vijayendra (2013). *Localizing Development. Does participation work?* The World Bank, Washington, DC.
- Matanga, Frank Khachina (2000). *Civil Society and Politics in Africa: The Case of Kenya*.
- Mattes, Robert and Shenga, Carlos (2007). *Uncritical Citizenship in a Low-information Society: Mozambican s in comparative perspective. A Comparative Series of national public attitudes surveys on democracy, markets and civil society in Africa. Afrobarometer. Working Paper No. 9, December.*
- Mayekiso, M. (1996). *Township Politics: Civic Struggles for a New South Africa*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

- Mosse, David (2003). The making and marketing of participatory evaluation, in: Philip Quarles van Ufford & Ananta Kumar Giri (eds). A moral critique of development, in search of global responsibilities, pp. 43-75. Routledge London and New York.
- Muchie, M. (2002). 'A Critique of Civil Society Discourse and Good Governance in Africa', EADI: mimeo.
- Munck, R. (2004). "Global Civil Society: Myths and Prospects" in R. Taylor (ed) Creating a Better World. Interpreting Global Civil Society. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- Najam, Adil (1999). Citizen Organisations as Policy Entrepreneurs. Em: Lewis, D. (Ed). International Perspectives on Voluntary Action: Rethinking the Third Sector. Londres: Earthscan.
- Negrão, J. (2003). "A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana", Universidade de Columbia, mimeo.
- Neocosmos, M. (2009). "Civil society, citizenship and the politics of the (im) possible: rethinking militancy in Africa today", Interface 1 (2), pp. 263-334.
- Newitt, Malyn (1995). History of Mozambique.
http://books.google.de/books?id=vLzp_zs1t6cC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso: 31/05/2014)
- Obdare, E. (2004). The Alternative Genealogy of Civil Society and Its Implications for Africa: Notes For Further Research. Em: Africa Development, Vol. XXIX, n.º 4, pp. 1-18.
- OCDE (2009). Civil Society and Aid Effectiveness. Findings, Recommendations and Good Practices. Better Aid. Paris.
- OECD (2012). Partnering with Civil Society. 12 Lessons from DAC Peer Reviews. Organization for Economic Co-operation for Development. Development Assistance Committee (DAC), Paris.
- Open Forum for CSO Development Effectiveness (2010). Istanbul CSO Development Effectiveness Principles. Istanbul, September 28 -30, 2010.
- Open Forum for CSO Development Effectiveness (2011). The Siem Reap CSO Consensus on the International Framework for CSO Development Effectiveness. Agreed by the Second Global Assembly, Open Forum for CSO Development Effectiveness, June 28-30, 2011, Siem Reap.
- Peterson, Timothy and Til, Jon Van (2004). Defining Characteristics of Civil Society.
- Pereira, Javier (2011). Slow Progress towards Democratic Ownership in Mozambique. Based on consultancy work by Mariam Umarji, Março.
- Rebelo, Pamela et al (2002). Study of future Norwegian support to civil society in Mozambique. Relatório, NORAD, Maputo.
- Salamon, Lester M.; S.Wojciech Sokolowski and Regina List, (2003). Global Civil Society. An Overview.
- Salamon, Lester M. et al (2004). Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector, Volume Two. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- Salamon, Lester M. et al (2013). The State of Global Civil Society and Volunteering. Last findings from the implementation of the Nonprofit Handbook. John Hopkins University, Center for Civil Society Studies. Comparative Nonprofit Sector Working Paper 49, Março de 2013.

- SCAC (2005). *As organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*. Redacção: Janaína HOMERIN. Ambassade de France au Moçambique. Service de Cooperation et D'Action Culturelle (SCAC). Maputo.
- Seckinelgin, Hakan (2002). *Civil society as a metaphor for western liberalism*, Civil Society Working Paper 21, January.
- Sogge, David (2004). *Civil Domains in African Settings: Some Issues*. A discussion paper prepared for the Hivos Africa Consultation, 7-9 June 2004, Arusha.
- Sugahara, Gustavo Toshiaki Lopes (2011). *Mozambique. The Mirror of Narcissus. Knowledge and Self-consciousness for a better development of the Mozambican Civil Society. Lessons learned and Recommendations from Mozambique on its experience in implementing the CIVICUS Civil Society Index*. UNDP, Maputo.
- Tembo, Fletcher (2012). *Citizen voice and state accountability: towards theories of change that embrace contextual dynamics*. Overseas Development Institute, ODI. Project Briefing, No. 73, March 2012.
- Thomas, Peter (2009). "Gramsci and the political": from the State as a 'metaphysical event to hegemony as a 'philosophical fact'. *Radical Philosophy* 153, p. 34.
- UNDP (2006). *UNDP and Civil Society Organizations. A Toolkit for Strengthening Partnerships*. United Nations Development Programme, New York.
- UNDP (2011a). *The future of participatory civil society assessments: A conceptual analysis*. Produced by: Helmut Anheier, Alan Fowler, Richard Holloway and Amani Kandil, New York.
- UNDP (2011b). *A Users' Guide to Civil Society Assessments*. New York.
- UNDP (2013). *Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*. New York.
- USAID (2011). *2011 CSO sustainability index for Sub-Saharan Africa*. Washington, DC.
- WEF (2013). *The Future Role of Civil Society*. World Scenario Series. Fórum Económico Mundial, Genebra.
- Weiss, T (2000). "Governance, good governance and global governance: conceptual and actual challenges", *Third World Quarterly*, 21:5, pp. 795-814.
- World Bank (2008). *Mozambique, Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy*. Washington, DC.
- World Bank (2012). *Country Partnership Strategy 2012-2014 for the Republic of Mozambique*. Washington, DC.
- World Bank (2014a). *Generating Sustainable Wealth from Mozambique's Natural Resource Boom*. World Bank Mozambique - Policy Note, January 2014, Washington, DC.
- World Bank (2014b). *How wealthy is Mozambique after the discovery of coal and gas? Measuring wealth in Mozambique using the wealth accounting framework*. World Bank Mozambique - Policy Note, January 2014, Washington, DC.
- Zinecker, H. (2011). "Civil Society in Developing Countries – Conceptual Considerations", *Journal of Conflictology*, Volume 2, Edição 1, pp. 1-3